



■ Presidente p.9

Fortalecer o projeto comum para travar as desigualdades



■ Parlamento p.20

“A democracia faz-se com tolerância e respeito”

POVO LIVRE



n.º 1970
24 de maio de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD



O ESFORÇO DE RECUPERAÇÃO É DOS PORTUGUESES

O presidente do PSD saúda o País pela saída do Procedimento por Défice Excessivo



Sessão de apresentação do candidato do PSD à câmara de Évora, António Costa da Silva

Portugal “não precisa de socratismo”

Portugal não precisa de “socratismo, com Sócrates ou sem Sócrates”, mas sim de uma visão “reformista” em matérias estruturais, como a Segurança Social. Na sessão de apresentação do candidato do PSD à câmara de Évora, António Costa da Silva, 17 de maio, Pedro Passos Coelho ironizou que a atuação do atual Governo do PS lhe transmite uma sensação de “déjà-vu”.

“Vejo um Governo que está muito focado sempre na propaganda e no curto prazo e isso parece-me um certo déjà-vu, nós já vimos isto no passado. Eu sei que, quem está hoje no Governo não gosta” que se “recorde isso, mas é muito importante que ninguém se esqueça”, afirmou.

De acordo com o líder social-democrata, quando se quer “fazer alguma coisa diferente na vida”, é preciso “viver menos de propaganda e do curto prazo e mais daquilo que é estrutural”.

Insistindo que o país precisa de “reformismo” da parte do Governo, tal como já tinha dito aos jornalistas antes da cerimónia, Passos Coelho repetiu também que não vê do Executivo liderado por António Costa essa “agenda reformista”.

A questão da sustentabilidade da Segurança Social, frisou, é uma das áreas que necessita de ser reformada, para o líder do PSD, mas o que “está hoje em preparação” é “mais um saque contributivo, no fundo, para adiar o problema” porque o Governo “não quer fazer reforma nenhuma”.

Com a questão dos trabalhadores precários é “a mesma conversa” e “vai render, pelo menos, ainda mais um ano ou ano e meio”, de acordo com o presidente do PSD.



“Porque só daqui a um ano é que haverá lei no parlamento para regular esta matéria e, portanto, pelo menos durante um ano, toda a gente vai achar que pode deixar de ser precário e passar a ser efetivo na Função Pública. Não é mau”, referiu.

Em relação à “disputa” da Câmara de Évora, nas eleições autárquicas deste ano, Pedro Passos Coelho argumentou que a anterior gestão camarária do PS foi “desastrosa”, deixando o município “com uma dívida

pesada”, enquanto, a atual maioria CDU, representou um “regresso ao passado” e mostrou que “o passado não está a altura daquilo que são as expetativas para o futuro”.

O candidato do PSD reafirmou que quer “abrir um capítulo diferente no futuro de Évora”.

Crescimento depende de uma “agenda reformista”

Pedro Passos Coelho considerou “muito positivo” o crescimento da economia, mas, para que os resultados perdurem, o Governo deve perder a sua “quase obsessão” pelo “curto prazo” e ter uma “agenda reformista”.

“Foi um desempenho no 1.º trimestre muito positivo. Acho que é importante que toda a recuperação da economia, que se iniciou em 2014, possa tornar-se mais vigorosa”, afirmou o líder social-democrata.

Passos Coelho considera, aliás, que “seria absurdo” que o PSD visse o desempenho da economia, quando é positivo, como uma contrariedade política”.

“Em 2016, com a mudança de Governo e com a reorientação de política, abrandou o crescimento da economia”, mas, neste 1.º trimestre do ano, “cresceu mais intensamente”, o que “é positivo”.

Agora, continuou Passos Coelho, “é importante consolidar essas perspetivas de crescimento e, sobretudo, ancorar as perspetivas de crescimento futuro numa agenda reformista que possa dar-nos balanço para crescer num patamar superior”.

Só assim, defendeu, será possível “transformar este crescimento, não num crescimento cíclico, conjuntural, mas num crescimento que traga um efeito estrutural que perdure na economia”.

Questionado se este crescimento significa que o Governo está a trabalhar bem, Passos Coelho disse ver no executivo de António Costa “uma quase obsessão” pelo “curto prazo”.

“E isso, normalmente, tira profundidade às políticas. Pode ser bom enquanto dura, mas, como nós sabemos bem de experiência feita, quando passa esse efeito”, depois fica “aquilo que é mais estrutural e que não é tão agradável”, afirmou.

Este Governo, segundo o presidente do PSD, “se quiser fazer perdurar estes resultados, tem de ficar também associado a uma agenda reformista”.

“Não pode ser de outra maneira. Não podemos viver sempre dos efeitos das decisões que foram feitas no passado. É sempre preciso, quando queremos passar para um patamar superior, transformar alguma coisa. Não podemos viver apenas dos efeitos cíclicos da própria economia”, argumentou.

Mas, com o atual executivo, “essa agenda não é conhecida” e Passos Coelho disse não ter “muito essa expectativa” de a ver, devido à “quase obsessão” pelo “curto prazo”.





Apresentação de candidatura de Marco Claudino a Torres Vedras

Governo persiste no espetáculo da retórica

Portugal precisa de atingir um patamar superior de crescimento para reduzir as desigualdades. No atual contexto do país, “é preciso criar uma expectativa para o futuro e não ter apenas retórica” e andar a “surfear na onda” pelo Governo, disse Passos Coelho, classificando essa retórica de “espetáculo extraordinário”.

Tem de haver a “ambição” continuada de alcançar resultados de crescimento económico do país cada trimestre e não apenas “resultados esporádicos”. Olhando para o trabalho do Governo, Pedro Passos Coelho afirmou que não encontra no atual Governo “uma agenda reformista” e “não se lembra de uma reforma que este Governo tenha feito para diminuir a taxa de desemprego”.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que há uma nova geração de autarcas pronta para dar nova ambição ao poder local. O presidente do PSD reiterou que os autarcas estão prontos a retomar o caminho que já vinha a ser feito pelo executivo anterior. Um caminho em que os municípios “comunicam com os municípios vizinhos, que se mobilizam e criam condições para oferecer outro tipo de capacidade de atração de investimento”.

Durante a apresentação do candidato do PSD de Torres Vedras, Marco Claudino, dia 19, o líder do PSD sublinhou que têm de ser criadas condições para que as pessoas se possam estabelecer nos centros históricos da cidade, para que possam constituir família, “para que as pessoas possam ter mais expectativa. Porque é preciso devolver às pessoas a expectativa de que há uma nova geração a fazer coisas diferentes, com outra ambição, em que o poder local não precisa de tratar da rua e do urbanismo, mas sim do social e do económico”.

Tal como Pedro Passos Coelho defende, este novo ciclo de mais competências para o poder local deveria começar já em janeiro do próximo ano. O PSD levou várias vezes iniciativas de descentralização ao Parlamento, para que os autarcas eleitos no próximo dia 1 de outubro



soubessem com o que contar. Quis “colocar no Parlamento uma agenda de descentralização que passasse do discurso à prática política e que nos permitisse iniciar um quadro autárquico com competências, atribuições e meios para suportar a nova ambição autárquica como eu penso estava ao alcance”. Mas da maioria nada se viu para efetivar esta realidade.

Portugal pode combater as desigualdades atingindo um novo patamar de crescimento

Hoje, em Portugal, “é preciso mais do que surfar a onda, ou seja, mais do que administrar o que se recebe. Devemos estar muito mobilizados e reconhecidos

por ter sido possível que Portugal tivesse um caminho muito diferente de outras economias com outras escolhas. Fizemos o que era preciso e hoje também por isso estamos com condições não comparáveis ao tempo da bancarrota”, disse o líder da oposição.

Para Pedro Passos Coelho, “se queremos que as coisas não sejam de ocasião e circunstância, e se queremos ir para um patamar diferente, então temos de fazer mais alguma coisa. É preciso criar uma perspetiva que não seja meramente retórica, como se vê no Governo e na maioria. É preciso um patamar de crescimento superior, e não um crescimento modesto, e para isso temos de fazer algo diferente”, disse.

Só com um patamar de crescimento ambicioso se quebrará o ciclo vicioso que se tem vivido em Portugal.



É preciso criar mais oportunidades de acesso a qualificação, de diminuição de desigualdades, para que as pessoas possam ter escolhas, possam decidir o seu futuro. É preciso que se esbatam as diferenças, pois “queremos ambicionar ter um futuro diferente, e este é um problema que tem de ser resolvido. Temos de nos livrar do sai e entra de Procedimentos por Défices Excessivos, pois não se pode repetir este filme.”

A Comissão Europeia anunciou que Portugal vai sair do Procedimento por Défices Excessivos, “e isso é muito importante para nós. Não queremos sair para voltar a entrar, e só chamo a atenção porque isso já aconteceu, não é uma observação negativa. Só é possível sair e não voltar a entrar se tivermos um conjunto de escolhas em que conseguiremos ter um caminho seguro e susten-

tável e não apenas à custa do ciclo económico que se vive na Europa. Se queremos que as coisas se possam manter e melhorar, temos de fazer algo de diferente para nos catapultarmos para um novo patamar”.

O atual Governo não tem uma agenda reformista. O PSD quer “que tudo corra bem mas queremos que o crescimento de 2,8% atingido no primeiro trimestre deste ano possa para futuro, com ambição”.

Tal como o presidente do PSD afirma, “até hoje, não nos lembramos de uma reforma laboral deste Governo que tenha feito baixar o desemprego. Se queremos, como nós queremos, projetar um futuro com menos restrições do ponto de vista económico e financeiro temos de resolver os problemas que tardam em ser resolvidos.”

Abordagem reformista

O líder do PSD defendeu uma “abordagem política mais reformista para problemas como são os baixos salários, o abandono escolar precoce ou o desemprego para o país não andar a “sair e voltar a entrar” do Procedimento de Défice Excessivo, como aconteceu no passado, recordou.

“Se não atacarmos a fundo e a sério os problemas, que não foram atacados nos últimos trinta anos, não nos livraremos deste sai e entra e entra e sai, de hoje estarmos bem e termos as contas estabilizadas e amanhã estar à beira do abismo”, defendeu.

“Temos de sair deste filme”, sublinhou.



Encerramento da convenção autárquica distrital do PSD de Lisboa

Discutir as reformas necessárias para Portugal

O PSD não encara as campanhas eleitorais como momentos em que os portugueses são espectadores para entreter. O PSD quer que o crescimento dure e não se esfume quando os sinais da conjuntura passarem. E, para isso, é preciso uma agenda reformista.

Na convenção autárquica distrital do PSD de Lisboa, sábado, 20 de maio de 2017, o presidente do PSD deixou um desafio ao primeiro-ministro: discutir as reformas que são importantes para o País. Referindo-se, por exemplo, à anunciada integração dos precários na Administração Pública, o líder do social-democrata anunciou ser necessário discutir como vai ser o futuro da própria Administração Pública para que essa integração tenha lugar. “Quais são as áreas que precisam de mais gente? É muito importante tratar da reforma do Estado. É preciso fazer esta discussão, mas com coragem”.

No entanto, quem olha para o atual Governo, não “os vê fazer nada, só adiam o problema. Se queremos ter boa governação, temos de olhar para o futuro, não apenas para o dia-a-dia. A pessoa é o centro da ação política. É preciso motivá-las e agradá-las, mas também ir mantendo ambição com futuro, com equilíbrio. O País quer viver com tranquilidade e dignidade”, afirmou Pedro Passos Coelho.

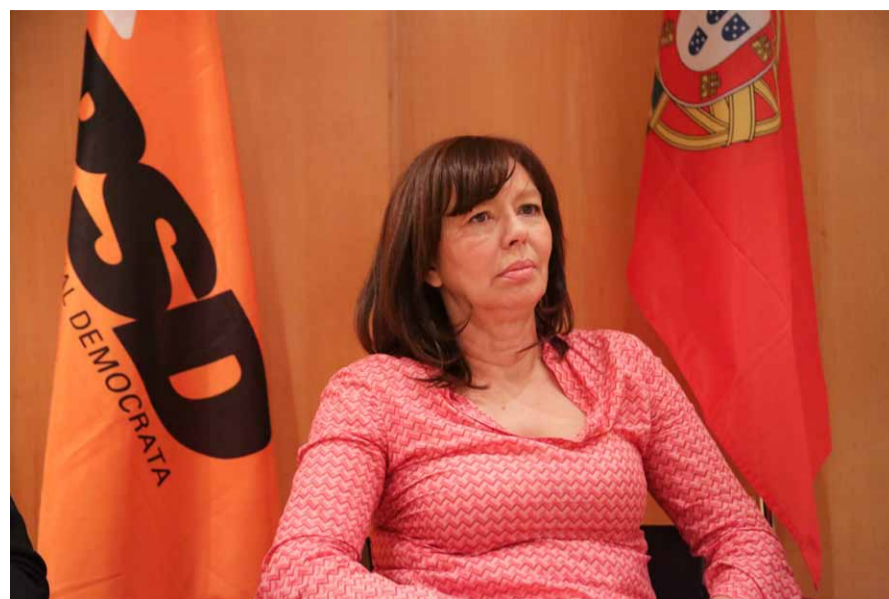
“Ainda ontem [sexta-feira] ouvi António Costa, na qualidade de secretário-geral do Partido Socialista, dizer que esperava que tivéssemos uma campanha animada. É esta a expectativa que o secretário-geral do PS tem. Como se os políticos funcionassem como mestre-de-cerimónias para a festa da campanha. Queremos que a campanha



possa ser disputada e vigorosa, a discutir problemas e confrontar propostas, com um espírito positivo, porque a campanha não é uma animação, os portugueses não são os espetadores que é preciso divertir, as pessoas merecem o nosso respeito. É esse respeito que queremos levar para estas eleições”, assegurou o líder da oposição.

O PSD tem opções que respeitam o eleitorado

O objetivo do PSD para as próximas autárquicas é conhecido: ganhar. E como grande partido que é, não se esperaria outro objetivo. “Não é fácil nem simples. Temos



empenho e todo o caminho que fizemos foi correto, fizemos boas escolhas no País. Nem todas as eleições partem da mesma base, porque os combates não são todos iguais, mas são todos importantes. Não há um resultado definido à partida e partimos com ambição e humildade”, afirmou o Presidente do PSD.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda não deixar de ser estranho “ouvir a ideia de que estávamos derrotados à partida, a nível nacional ou em câmaras mais emblemáticas. Tivemos um “timing” muito adequado e temos boas condições. Em todo o lado temos opções que respeitam o eleitorado e a história do PSD. Não nos propusemos a vergonhas ou embaraços, como outros que viram o apoio sacudido. Respeitamos os eleitores mas temos respeito por nós próprios”.

“Nós estamos nestas eleições para as disputar e não para ver passar comboios”, reiterou. O PSD manterá a sua tradição social-democrata neste momento eleitoral: com um compromisso ético e de transparência, nunca desistindo e fazendo uma aposta forte.

Agora, podia estar a ser preparada um ciclo autárquico com mais ambição, se o Governo tivesse feito o seu trabalho atempadamente. No ano passado, aquando da discussão do PNR, e depois novamente na discussão do Orçamento de Estado, o PSD levou à discussão medidas concretas para que “os municípios, que têm competências técnicas, recebessem novas responsabilidades. Mas passado um ano e meio, o que se ouve é uma retórica sobre a descentralização. No fim do dia, depois da retórica e do chumbo das nossas medidas, ficou uma mão cheia de nada, e estamos agora em contrarrelógio a ouvir diversas entidades no Parlamento sobre o que o Governo ainda não fez, como estudos de detalhe”.

“Espero que o PS passe da fase em que se deixa contentar com a retórica que faz, porque vamos perdendo a oportunidade para fazer algo diferente. Os nossos autarcas podiam começar em janeiro com competências e meios para que os cidadãos conhecessem um ciclo de maior proximidade e melhores soluções, mas o que agora podemos dizer é que estamos longe de isso poder acontecer, não por não termos insistido em tratar destas matérias. Mas acham-se auto suficientes, como quem não precisa das medidas dos outros”, disse.

Referindo-se, por exemplo, ao caso de Lisboa, o líder social-democrata afirmou que se assiste a uma deterioração dos serviços públicos de transporte, como a Carris e o Metro. O que temos hoje é “retórica, em que se prometem novos autocarros, mas que vão ser pagos com o dinheiro dos contribuintes”.

Portugal merece um futuro com mais geração de emprego

“Muitos dos esforços que fizemos ao longo dos últimos anos foram coroados de êxitos, e isso é visível. Foi pena que em 2016 se tivesse perdido tempo, porque abrandámos o crescimento. Mas agora que pensamos que 2017 pode trazer o que já teríamos alcançado se



LEVAR
PORTUGAL
ÉRIC



não tivesse havido esta alteração de Governo, está na altura de dizer que convém olhar para o ciclo todo e não apenas para cada trimestre”, afirmou o líder da oposição.

Não se pode estar fixado no imediato e no curto prazo, é preciso dar uma garantia de confiança no futuro. Porque “as pessoas devem estar mobilizadas, temos de aproveitar os sinais bons, para que sintam que valeu a pena. Se queremos que os frutos possam ser ampliados, que se esteja num patamar diferente, se queremos capitalizar a política do BCE, para gerar emprego, rendimento e combater as injustiças sociais de forma duradoura, se não queremos daqui a um ano estar de regresso a crescimentos modestos, como as instituições apontam, se queremos um efeito permanente, temos de fazer mais qualquer coisa”.

O PSD quer que o crescimento dure e não se esfume quando os sinais da conjuntura passarem. E para isso é preciso uma agenda reformista, “para termos mais do que hoje. Senão teremos resultados que nos colocam abaixo do que ambicionamos”.



Agora que Portugal irá sair do Procedimento por Défices Excessivos, “é importante não esquecer que já aconteceu no passado e não vai ser a primeira vez que vamos sair. Se não queremos voltar a esta situação, temos de ter ambição no futuro. É preciso olhar para os portugueses não como ativos eleitorais mas como pessoas que querem confiança no futuro. Não podemos andar numa espécie de leilão e ver quem dá mais. Temos de discutir o que é preciso fazer para termos mais. Mas a agenda reformista não consta da semana nem do horizonte mensal ou anual do Governo, e é pena que isto aconteça assim”, disse Pedro Passos Coelho.

Passos Coelho deixou uma palavra especial à candidata do PSD a Lisboa e vice-presidente do Partido, Teresa Leal Coelho, manifestando-se convicto de que irá trazer para o debate na capital “o que de melhor a tradição

social-democrata tem”. “Nunca desistimos e nunca nos resignamos. E essa ideia aberta, tolerante, cosmopolita que a Teresa também representa pode ser um contributo importante para outras batalhas que se vão travar na Área Metropolitana de Lisboa e não só em Lisboa”, disse.

Antes, o líder da distrital de Lisboa do PSD, Miguel Pinto Luz, que está a terminar o seu mandato, fez também referência às disputas autárquicas na Área Metropolitana, concentrando as críticas no PCP.

“Vale tudo, vale defender o PS à segunda-feira e depois atacar o PS no distrito de Lisboa à quinta e sábado, é política sem espinha, sem verticalidade”, acusou, depois de o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, ter prometido um ataque sem tréguas às “políticas de direita” no próximo Orçamento do Estado.

10.ª Universidade Europa na Batalha

Fortalecer o projeto comum para travar as desigualdades



Para o líder social-democrata, a União Europeia deve reforçar os seus mecanismos comuns para combater os nacionalismos e populismos. Por outro lado, a negociação do “Brexit” deve ser feita de forma ponderada.

A Europa precisa de continuar a desenvolver o seu projeto comum de forma a diminuir as desigualdades entre os países que a constituem. Assim, para Pedro Passos Coelho, que participava na sessão de encerramento da 10.ª Universidade Europa, na Batalha, 21 de maio, é preciso “completar a união bancária, para que os empresários e as famílias não sejam penalizados pela geografia dentro da Europa. Precisamos que o risco seja partilhado pelo mercado, consumidores, investidores”.

Como tal, é preciso também que se concretize uma “união de mercados financeiros. É preciso tirar as conclusões que se conhecem há muito tempo que resultam de termos a mesma moeda, pelo que precisamos de um orçamento comum para fazer a reafecção dos que acumulam mais e os que têm menos.”

É este o caminho para minimizar a divergência económica dentro da União Europeia. Mas para que as desigualdades entre os países que constituem o projeto europeu diminuam e não se acentuem, é também necessário reforçar a união económica e monetária.

Um dos casos ilustrados pelo líder social-democrata foi o caso alemão: “Se a Alemanha é o grande credor da Europa e os restantes países são os devedores, isto cria de forma consistente um desequilíbrio cada vez maior, que acabará mal se algo não se passar entretanto. Se tudo se mantiver como está, teremos um desequilíbrio muito grande”.

Europa: é necessária uma adaptação aos novos tempos

Sobre a emergência dos nacionalismos e regionalismos, que são “fatores de desintegração e tensão”, Pedro Passos Coelho afirmou que é necessário conter estes fenómenos. “Vivemos um ano crucial para saber se a

Europa sobreviva ou sucumbia. O último dos embates foi em França. Felizmente, Macron ganhou as eleições. Le Pen perdeu, mas houve franceses que votaram por modelos puramente nacionalistas. Quase metade da França votou contra a Europa”, disse.

O presidente do PSD recorda que “se queremos combater as causas dos problemas que vêm reforçando



as condições de desintegração temos de ser exigentes e não complacentes. E alguém que é exigente tem de ter a flexibilidade para se adaptar aos tempos”.

Para tal, é necessário manter um equilíbrio na escolha democrática, e tem de haver opinião pública europeia. “Temos de ter partidos europeus, com militantes europeus. Se queremos caminhar para um período em que os nossos destinos estejam partilhados, temos de ter equilíbrio e andar para a frente”, afirmou.

Cada país tem de atuar na sua dupla responsabilidade, e não perder tempo. Se cada um atuar melhor a nível nacional, melhoramos a resposta europeia. É preciso controlar as fronteiras, mas isso não significa que sejam encerradas. Para isso, é preciso “ter dispositivos europeus e temos de responder aos problemas graves com a importância que nos devem inspirar.”

Europa tem de atrair quem se identifique com o projeto europeu

Sobre o “Brexit”, Pedro Passos Coelho afirmou que “foi a primeira vez que um país decidiu que não queria fazer parte deste projeto”.

Mas a negociação da saída do Reino Unido deve ser feita “não oferecendo melhores condições do que os que fazem parte usufruam. Mas se quisermos transformar numa espécie de caso exemplar em que castigamos os que nos abandonam, o meu receio é que mais gente use esse caso para mostrar que esta não é a Europa que nos interessa e estaremos a alimentar as forças desagregadoras”.

“A Europa não é incompatível com as nossas soberanias, e não pode ser alimentado um totalitarismo europeu em que as pessoas têm de ficar à força”, disse.

Concluindo, Pedro Passos Coelho afirmou que “deixar como está é o pior que nos podia acontecer. Deixemos os populistas fazerem o seu papel, vamos desempenhar o nosso, convencidos de que os nossos valores e objetivos valem a pena. É preciso opor ao populismo o que é genuíno. E assim ganharemos o modelo de paz, de convergência económica, social e política. Seremos um espaço que possa ser olhado como de progresso e em que a humanidade sente que está a progredir. Temos de ser mais e atrair mais, é uma estupidez fechar a Europa. Precisamos de gente que venha para cá, com uma perspetiva cosmopolita. Gente que se identifique com o nosso projeto, com os nossos valores”.

A 10.ª Universidade Europa decorreu nos dias 19, 20 e 21 de maio, na Batalha. Durante três dias, mais de 60 jovens selecionados entre cerca de 100 candidatos receberam formação sobre política europeia. Estiveram em debate temas tais como: “A Europa: de onde vem e para onde vai”, “O Futuro da UE”, “A Crise dos refugiados e das migrações” e “Quem paga a UE”. A abertura da Universidade foi na sexta-feira, 19 de maio, contou com as intervenções do deputado europeu e diretor da Universidade, Carlos Coelho, e do presidente da JSD, Simão Ribeiro.

A 10.ª edição da Universidade da Europa teve no “quadro de professores” os eurodeputados Paulo Rangel, Fernando Ruas, Carlos Coelho, Sofia Ribeiro e José Manuel Fernandes, o deputado Duarte Marques, o coordenador da PAR Rui Marques, o ex-secretário de Estado Gonçalo Matias e o docente universitário Paulo Almeida Sande. A Universidade Europa é uma iniciativa conjunta do Grupo Europeu do PSD (grupo parlamentar do PSD no Parlamento Europeu), do PSD (Partido Social Democrata), da JSD (Juventude Social Democrata), do Instituto Francisco Sá Carneiro e do PPE (Partido Popular Europeu).



Saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo

O esforço de recuperação é dos portugueses



Pedro Passos Coelho felicitou o País pelo “esforço imenso de recuperação” realizado. Lembrou o muito que foi feito para alcançar a saída anunciada, mas ressaltou, são indispensáveis reformas estruturais, crescimento sustentável, menos calculismo eleitoral e maior arrojo e abertura.

“São os portugueses quem está de parabéns neste dia e são, sobretudo, os portugueses quem, hoje, quero felicitar”, declarou esta segunda-feira, 22 de maio, em conferência de imprensa, Pedro Passos Coelho, depois de a Comissão Europeia ter anunciado que recomendaria a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo.

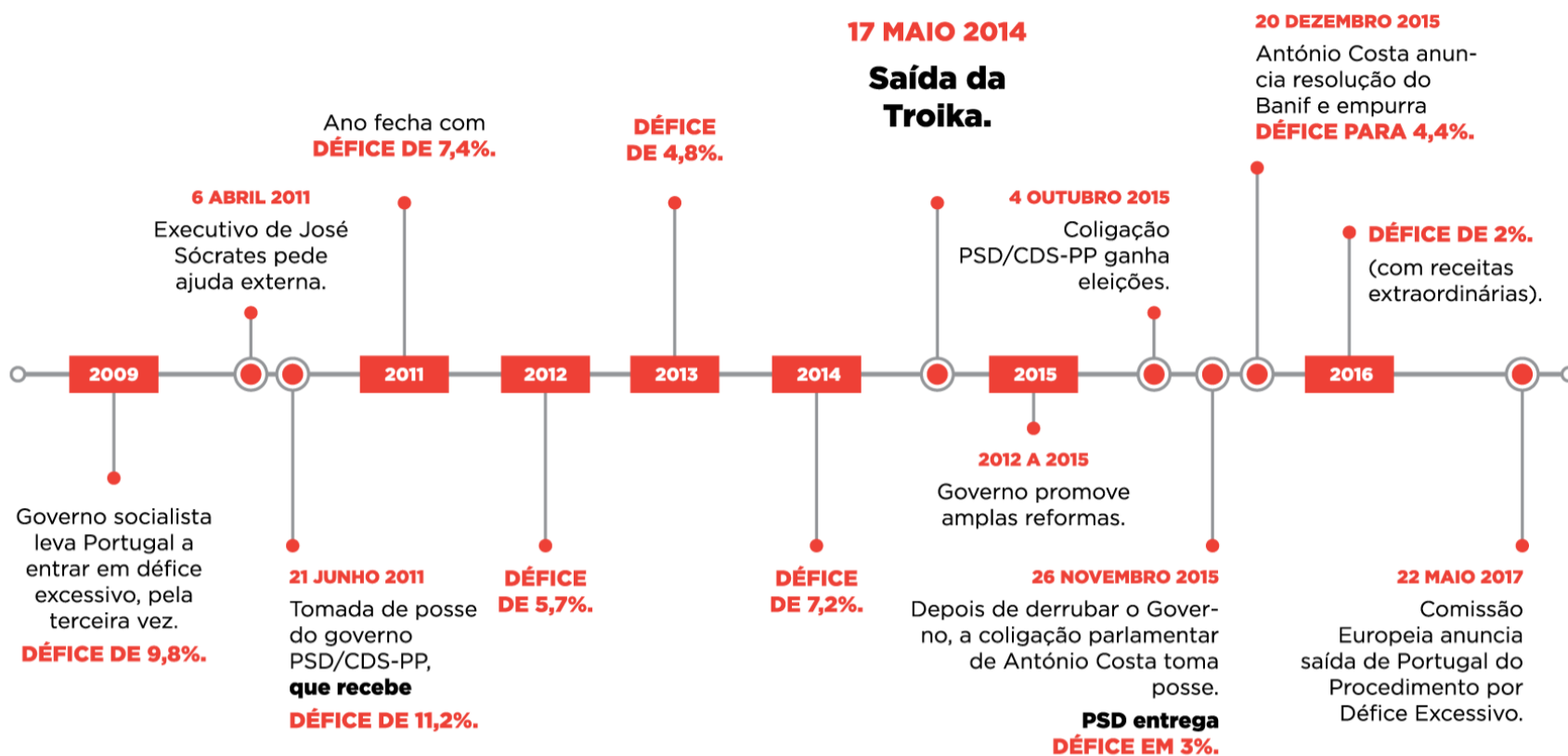
Embora o presidente do PSD não subscreva “a forma como o governo liderou a estratégia orçamental” e discorde “dos riscos acrescidos que nos trouxe”, afirmou estar “satisfeito por Portugal ter conseguido atingir a meta orçamental a que o País se tinha comprometido”. Contudo, para o líder social-democrata foi aos portugueses que “coube a parte de leão no esforço imenso de recuperação que foi realizado para chegar até aqui”.

Pedro Passos Coelho recordou que a entrada no Procedimento por Défice Excessivo se deu em 2009. “Esse ano, que havia sido de eleições legislativas, e os dois anos que se seguiram haveriam de tornar inevitável o pedido de ajuda externa que, à beira de uma situação de bancarrota, o governo liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates lançou aos nossos parceiros europeus e ao FMI”. Em 21 de junho de 2011, o Executivo PSD/CDS-PP tomou posse e “o País entrava num dos períodos mais difíceis da sua história democrática, o período do resgate da troika”.



CRONOLOGIA

DO DÉFICE EXCESSIVO



Portugal viveu período de “grande superação”

O período de resgate terminou em 17 de maio de 2014. “Durante esses três anos, os Portugueses viveram um tempo de enorme severidade, mas também de grande superação”, lembrou o Presidente do PSD que acrescentou: “culminou com a reconquista da nossa autonomia política e do restabelecimento do acesso do País ao financiamento externo sem necessitar de qualquer programa cautelar”. Foi, no entanto, sempre claro que, apesar de se ter restaurado a credibilidade externa de Portugal, “muito havia ainda para fazer”. De acordo com Pedro Passos Coelho, “não baixámos os braços e continuámos um caminho de reformas e de recuperação que deu frutos importantes”.

Após o período de resgate, “temos visto a nossa economia a crescer e o desemprego a baixar”. Para o presidente do PSD, foi possível “iniciar um processo de recuperação de rendimentos e de remoção paulatina de austeridade”, assim como tornar Portugal “numa economia mais aberta e exportadora”, “ver sempre assegurada a estabilidade financeira e melhorar consideravelmente o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, além do próprio Estado”. Pedro Passos Coelho salientou, por isso, “o orgulho que sentimos neste momento”.

Saída “não resolve tudo”, pelo que há muito trabalho “pela frente”

O líder social-democrata deixou, no entanto, um aviso: “É também do mais elementar bom senso ter o realismo de reconhecer que a saída do Procedimento por Défice Excessivo não só não resolve tudo, como não dispensa mesmo o muito trabalho que ainda temos pela frente”. Reiterou que “é preciso persistir para não voltar atrás”, tal como já aconteceu noutros anos. Entre 2002 e 2017, Portugal entrou em défice excessivo três



vezes, sendo esta a sua terceira saída, depois de se aí se manter desde 2009.

“Os resultados que estamos a atingir não são para esboroar numa espécie de leilão eleitoral”, afirma Pedro Passos Coelho, pelo que não se podem “voltar a cometer os mesmos erros”. “Peço, por isso, a todos, especialmente na esfera política e partidária, para terem humildade suficiente para não ignorarem os desafios que ainda temos à nossa frente”, afirma, acrescentando que o objetivo é “evitar que esta data não volte a ser mais um marco deste solavanco histórico em que temos vivido”.

Portugal precisa de “menos calculismo eleitoral e de maior arrojo e abertura”

Segundo Pedro Passos Coelho, a estratégia, agora, deverá passar por “ser mais persistente”, a fim de “alcançar uma maior consolidação estrutural orçamental”. “Só teremos um défice sustentadamente mais baixo se a

consolidação estiver alicerçada num processo de Reforma do Estado que garanta a qualidade das políticas públicas”, reitera, criticando “tantas medidas extraordinárias”, bem como o “recurso tão intenso aos cortes cegos de investimento público e no funcionamento das políticas sociais por via de cativações definitivas” que se têm verificado.

Para o presidente do PSD, “o Estado Social não deve ser ameaçado pela irresponsabilidade e pelas vistas curtas dos governantes”. É, neste sentido, que reforça que importa “servir os portugueses acima de quaisquer outros interesses”, uma vez que “o País precisa hoje, por parte da maioria que o governa, de menos calculismo eleitoral e de maior arrojo e abertura à mudança e ao reformismo”.

A Comissão Europeia recomendou na segunda-feira ao Conselho de Ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin) o encerramento do Procedimento por Défice Excessivo aplicado a Portugal desde 2009, admitindo ainda que “serão necessárias mais medidas a partir de 2017” para cumprir as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Venda do Novo Banco acarreta riscos para os contribuintes

Para Maria Luís Albuquerque, serão os contribuintes a pagar o perdão aos bancos efetuado pelo Governo, BE e PCP. Não entende o motivo da venda parcial do banco e afirma ser necessário conhecer as propostas de compra, bem como as razões da opção pela Lone Star.

Depois de António Costa ter acusado o governo PSD/CDS-PP de ter destruído o BES, a ex-ministra das Finanças veio dizer que “aquilo que não se percebeu, foi o alcance das declarações” do primeiro-ministro. Maria Luís Albuquerque, em audição na COFMA, reforçou que o governo do qual fez parte, “nunca daria ordens” à Caixa Geral de Depósitos para conceder um empréstimo ao BES. Perguntou, por isso, se António Costa “teria dado indicações para emprestar o dinheiro”.

Para Maria Luís Albuquerque “é incompreensível que o Estado não tenha vendido 100% do Novo Banco”. Contrariou António Costa, dizendo que os 25% que ficaram na posse do Estado podem resultar mais “em perdas do que em ganhos”. Depois de o Governo ter argumentado que a participação de 25% no Novo Banco servia para dar credibilidade à instituição, a social-democrata salientou que “ou o comprador [Lone Star] tem credibilidade suficiente para comprar um banco desta importância ou não tem”.

Importa perceber porque foi escolhida proposta da Lone Star

Para a deputada, devem ser apuradas “quais as propostas disponíveis” para compra do Novo Banco e perceber “porque é que esta foi escolhida”. “Não se pode permitir que fique a suspeita de que houve uma venda que não defendeu as melhores condições”. Exige, por isso, que o Governo se explique, a fim de que seja

apurado “o que se está a passar no processo e porque é que o processo não está mais avançado”. Segundo reforçou, “há entidades que afirmam que havia propostas melhores”. Assim, importa perceber de que propostas se tratava, “sob pena de ficar a eterna suspeita de que o Estado não conduz os negócios com a lisura que deve fazer”.

Sobre o empréstimo de 30 anos concedido aos bancos, Maria Luís Albuquerque afirma que “aquilo que se prevê receber dos bancos é muito inferior ao que custa aos contribuintes”. Tal como reiterou: “isso foi tudo o que nós tentámos evitar”. Segundo a ex-ministra, serão os contribuintes a pagar a resolução do BES. “Estamos nós, contribuintes, a subsidiar a diferença entre o que os bancos deviam pagar e aquilo que, efetivamente, pagam”, afirmou, reiterando que “vai claramente contra todos os princípios do que é a criação do Fundo Resolução”.

É “uma grande falta de vergonha acusarem-nos de não termos resolvido os problemas”

O PSD está “insatisfeito” com a venda do Novo Banco, pois “implica mais riscos para os contribuintes e menos custos para os bancos e vai em contraciclo com o resto da Europa, onde há a tendência de separar o risco do soberano do risco do setor financeiro”.

A social-democrata alertou para o facto de o Estado vir a ter de participar em caso de necessidade de aumento de capital no Novo Banco. “Quando houver necessidade de fazer um aumento de capital e o Estado disser ‘com 25% não acompanho’, se for um governo liderado pelo PS, posso já aqui fazer uma aposta de que acompanha”.

Sobre as acusações da maioria que sustenta o Go-



verno, Maria Luís Albuquerque disse tratar-se de “uma grande falta de vergonha acusarem-nos de não termos resolvido os problemas que nos deixaram”. Acrescentou que “este Governo tem muita sorte de só ter herdado alguns [problemas]. Em 2011 herdámos todos: um País na bancarrota e que só não faliu porque teve um programa de ajustamento e que não podia ter um sistema financeiro saudável”.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

PSD TV

José Matos Rosa em Miranda do Douro

O secretário-geral do Partido Social Democrata (PSD) esteve no domingo, 21 de maio de 2017, na cerimónia de inauguração da nova sede concelhia do PSD de Miranda do Douro, distrito de Bragança.



Bruno Vitorino, candidato ao Barreiro

“Se ganhar a câmara municipal, é para fazer, é para trabalhar”



Vereador da Câmara Municipal do Barreiro, Bruno Vitorino tem um longo historial de obra feita no concelho. Pela sua ligação ao movimento associativo, pelo trabalho desenvolvido junto das instituições sociais, pela renovação da Mata Nacional da Machada, pela ação política na Assembleia da República como deputado eleito por Setúbal. Agora, dá um passo em frente na luta política pelo Barreiro. E é também para fazer com que o concelho dê um passo em frente que Bruno Vitorino quer ser presidente da Câmara, para mudar o Barreiro. Para o futuro do concelho traça como objetivo fundamental a implementação de uma política de coesão, social, geracional, territorial. Entre os seus eixos de ação, está a necessidade de fixar empresas e pessoas, limpar e recuperar o espaço público e tornar o Barreiro uma cidade segura e com regras. A estes objetivos junta, também, a melhoria da qualidade de vida do concelho para atrair residentes e para beneficiar do fluxo turístico lisboeta. É que, para o candidato, o Barreiro é “uma cidade com um enorme potencial”. Falta valorizar “a nossa ligação ao rio” e promover a “reabilitação de toda a zona ribeirinha”, bem como do património imobiliário devoluto. São metas de um candidato que rejeita a marca ideológica do Barreiro e que traça como assinatura da sua ação política o seu trabalho ao longo dos anos em prol da terra que o viu nascer.

Qual o retrato que faz da cidade?

Faço um retrato de uma cidade abandonada, feia, suja, pouco cuidada. Uma cidade que devia valorizar os seus bairros, que devia valorizar as suas freguesias, que devia valorizar as suas pessoas mas que não o faz.

Faço o retrato de uma cidade com um enorme potencial. É uma conversa, aliás, que oiço desde sempre, desde que estou na vida política e já lá vão muitos anos. Nós olhamos para a zona ribeirinha, para a Mata Nacional da Machada e percebemos, de facto, o potencial que a cidade tem. Mas não se pode continuar eternamente a falar de potencial. Tem de se materializar com ações concretas esse mesmo potencial. Essa é a única forma que temos de dar um passo decisivo, um passo importante, rumo a um desenvolvimento que nós queremos para que, naturalmente, permita a fixação de pessoas no Barreiro, a fixação dos filhos da terra, daqueles que cá nascem e não têm, muitas vezes, oportunidades. E não gostam, muitas vezes, da pouca qualidade de vida que a cidade tem e partem para viver noutros concelhos. Ou aqueles que possam vir procurar essas oportunidades no Barreiro. E, portanto, também é a capacidade de uma cidade de atrair pessoas de fora.

Quais as prioridades da candidatura?

Um autarca, seja em que cidade for, seja em que concelho for, tem de ter uma visão para a sua cidade a médio e longo prazo. Mas tem de ter a capacidade, no imediato, de resolver os problemas com que os cidadãos se deparam. E nós queremos apostar muito numa cidade que não esteja sempre de costas voltadas para o rio, numa cidade que aposte em tornar-se mais atrativa até, por que não, para captar turismo que hoje temos em Lisboa. Para isso temos que ter projetos, uma estratégia clara, para a atração de turistas que venham de Lisboa e possam passar aqui uma tarde ou um dia e serem eles também a ajudar ao desenvolvimento económico

local, ao comércio local, às atividades locais. Valorizando principalmente aquilo que é a nossa ligação ao rio e a reabilitação de toda a zona ribeirinha. Claro que temos de fazer isto com uma estratégia pública, mas com o envolvimento de privados no investimento, também para recuperar as casas abandonadas e devolutas. Temos condições para criar alojamento local de apoio a Lisboa, ou alojamento para os estudantes do programa Erasmus que fogem dos preços altos do centro de Lisboa. Estes podem ter aqui uma base para visitar ou estudar em Lisboa, mas vão passar parte do seu tempo aqui. Estamos a 20 minutos de Lisboa com a travessia fluvial. E estamos a cinco euros de distância. A distância também é feita a este nível. Temos essa proximidade a Lisboa que podemos potenciar também a este nível. Queremos uma cidade mais segura e com regras. Não podemos continuar a dizer que a responsabilidade das questões da segurança é do poder central. Há questões concretas que as autarquias podem e devem fazer, que estão ao seu alcance. Nomeadamente, a videovigilância, o reforço da rede de guardas-noturnos, a criação da polícia municipal, o reforço da iluminação pública, a articulação efetiva com as forças de segurança para termos mais policiamento de proximidade. Mas também termos uma lógica de proximidade e de cumprimento daquilo que são as regras normais, até de civismo. Há muitas ações de vandalismo que têm destruído o património público, que é de todos. E nós podemos fazer mais na prevenção e combate ao que é o lixo na rua, no chão, os dejetos dos cães, os “pseudo-grafitis”, que damos uma imagem péssima da cidade porque ninguém limpa, por um lado, mas também ninguém previne o aparecimento de mais

riscos nas paredes. Não podemos continuar a ter um Barreiro velho, que podia ser um “ex libris” porque tem uma frente ribeirinha, virada para Lisboa, que é de excelência, mas que está completamente degradado ao abandono. O Barreiro velho é que se tem estendido a todos os níveis para o centro do Barreiro. E os problemas que tínhamos, há uns anos, no Barreiro velho, são os problemas que temos hoje no centro da cidade. E isto não é aceitável. Temos de ter uma política também de regeneração urbana que vise inverter esta tendência e este caminho. E ter ideias e medidas claras para que o Barreiro possa também aqui na regeneração urbana dar um passo no sentido certo e não deixar o seu património histórico e cultural ao abandono, como tem acontecido, desde os moinhos de maré, os moinhos de vento, o património ferroviário que é um reflexo da nossa história. E se nós não honrarmos a nossa história, se não tivermos a nossa memória preservada, também não a potenciamos para o futuro. Temos também um conjunto de eixos ligados ao desenvolvimento económico, à reconversão e ao acompanhamento de um trabalho notável que a Baía do Tejo tem feito na recuperação do seu edificado, na sua abertura à cidade, mas acima de tudo na sua capacidade para atrair e fixar empresas no Barreiro, porque são as empresas que criam emprego. A Câmara tem de ter aqui uma palavra a dizer naquilo que é o desenvolvimento económico. Claramente, uma aposta na revitalização do comércio tradicional, das micro, pequenas e médias empresas e uma particular atenção também aos mercados municipais, porque há muito que pode ser feito e eles também podem ser foco de desenvolvimento de todo o comércio das zonas envolventes. E nós temos propostas muito concretas para a sua revitalização, como a criação de um Balcão do Município nos mercados municipais que, numa lógica de proximidade, facilitará a vida ao cidadão barreirense que quer resolver assuntos com a sua Câmara Municipal. E que poderá fazê-lo no âmbito das freguesias que têm mercados municipais, numa lógica de proximidade, num ato único, tipo Balcão Único mas de proximidade. E que ajudará como equipamento âncora a revitalizar, dar mais vida e levar mais pessoas a esses mercados municipais. É uma entre muitas ideias concretas e exequíveis que temos vindo a apresentar e que, com elas, acreditamos que temos um projeto para, por um lado, resolver os problemas do Barreiro no imediato e, por outro, projetar o Barreiro a médio e longo prazo para criar uma cidade mais atrativa e onde apeteça viver. É esse o nosso objetivo.

Como vai realizar a coesão no Barreiro?

Todos esses temas estão interligados e não teremos um concelho competitivo se todas as áreas não estiverem interligadas. É isso que queremos fazer: projetar o Barreiro numa lógica onde se perceba que a resolução dos problemas do presente está interligada a uma lógica de potenciar no futuro o nosso concelho. Mas se não cuidarmos do nosso território, do nosso espaço público, se não percebermos os problemas e os desafios que temos hoje, se não percebermos que o grande desafio que temos, para isso, são as pessoas – e temos problemas sociais muito complexos no concelho do Barreiro e temos de ter a capacidade de os resolver... A começar pela habitação. Os concelhos comunistas são tradicionalmente concelhos em que o problema da habitação condigna para as pessoas não é um problema, eles acham que é um problema do Estado e, portanto, não têm de arranjar solução para esse problema. O PER – Programa Especial de Realojamento aqui foi fechado, há uns anos numa lógica de só resolver, para dizer que fechámos o PER. Não para resolver o problema das pessoas que não têm habitação condigna e que ainda são muitos no concelho do Barreiro, pessoas idosas, pessoas mais desfavorecidas... E nós queremos ter uma política de habitação clara que ajude essas pessoas a ter uma habitação mais condigna. Nós queremos dar apoio às IPSS. Nós queremos resolver os problemas das IPSS, porque são estas IPSS que resolver os problemas das pessoas, a começar pela fome. É importante, do ponto de vista do território, pensarmos o território, pensarmos as pessoas, pensarmos aquelas que, a nível de exclusão social, ainda têm muitos problemas, mas de uma forma que possamos capacitá-las, não numa lógica do apoio, do subsídio “ad aeternum”. Não é possível fazer isto se não tivermos uma câmara capaz



de ter, no desenvolvimento económico, uma alavanca e um motor para tudo isto. Ou seja, se não tivermos a capacidade de atrair e fixar empresas, de criar com isso emprego, de criar riqueza, de fixar pessoas... Porque são as empresas que também criam riqueza à própria câmara, através das taxas, da valorização e dinamização do próprio mercado de arrendamento mas também pela aquisição da sua casa. É dessa forma que fixamos aqui pessoas. São essas pessoas que depois pagam IMI e, no Barreiro, pagam um IMI muito alto, podia ser mais baixo se tivéssemos mais pessoas a viver no Barreiro. Temos de inverter essa tendência e tornar o Barreiro uma terra sem preconceito ideológico, amiga do empreendedor, amiga do empresário, amiga das empresas e que, com isso, venha a fixando mais empresas e criar mais emprego.

Qual a marca da candidatura?

As pessoas conhecem o meu trabalho no concelho do Barreiro. Conhecem-me não só pela minha ligação política, mas também pela minha ligação ao Barreiro, ao movimento associativo, às instituições sociais, muito pela obra que tive oportunidade de fazer enquanto vereador. Sou um vereador que faço. Nós temos trabalho concreto para apresentar. Pegámos num espaço como a Mata Nacional da Machada, como o Sapal do Rio Coina, criámos uma reserva natural, criámos o centro de educação ambiental, envolvemos a comunidade em projetos de voluntariado que já envolveram mais de 2500 pessoas... Hoje, este espaço é do Barreiro, é do concelho, que é usufruído pelas pessoas, por esta geração, mas também

numa lógica de preservação, para as novas gerações, de sustentabilidade do mesmo território... Tivemos uma estratégia e fomos desenvolvendo, ao longo dos anos, esta estratégia e pusemos no mapa estes espaços. Isto, com a criação da agência de energia, com o apoio que tenho dado na resolução de problemas concretos do Barreiro, resolvendo problemas que há muito se deparavam na área da saúde e na área da segurança... Com a minha ação também na Assembleia da República, ajudando a fazer uma pressão política e sensibilizando governantes para a resolução de problemas... As pessoas sabem que, se ganhar a Câmara Municipal, é para fazer, é para trabalhar. E as propostas que vou apresentar, que as quantifico, são propostas concretas, não são propostas vagas. Não são propostas que são válidas em Freixo de Espada à Cinta ou em Vila Real de Santo António, são propostas para o concelho do Barreiro, de quem conhece o concelho, de quem estuda o concelho, de quem dialoga com a população e, conhecendo os problemas das quatro freguesias, quer ajudar efetivamente a resolvê-los. É esse o meu desafio, é esse o meu objetivo e, não só eu, enquanto candidato a presidente, mas ter uma equipa de pessoas que se identificam com a população e que a população se identifica com elas... Uma equipa da sociedade civil, uma equipa capaz. Se for essa a vontade dos barreirenses, escolherem esta equipa, as pessoas vão saber que nós estamos preparados para liderar o Barreiro, para dar futuro efetivamente à nossa terra. Para dar futuro ao Barreiro.

Central Nuclear de Almaraz

Portugal está “refém da inação do Governo”

O aterro nuclear de Almaraz, em construção com o aval do Governo português, “é meio caminho andado para o prolongamento da vida da Central de Almaraz”, cuja existência de vida útil terminou em 2010 e deverá ser prorrogado em 2020, denunciou, hoje, Berta Cabral, deputada do PSD. A opção de Portugal em 1983, num governo de que o PSD fazia parte, foi recusar a produção de energia nuclear. Foi uma decisão histórica e corajosa que determinou toda a política energética adotada pelo País até ao presente.

Apesar dessa opção, Portugal continua exposto às ameaças nucleares provenientes de Espanha, que a menos de 100km da nossa fronteira instalou, em 1981 e 1983, a Central Nuclear de Almaraz. Uma central prestes a completar 40 anos de atividade, que deveria ter sido encerrada em 2010, prazo que foi prorrogado até 2020 e tudo aponta para que seja de novo prorrogado.

Numa declaração política, a deputada Berta Cabral reafirmou que não se pode baixar os braços sobre Almaraz. “A construção de um armazém de resíduos nucleares à vista de todos, foi denunciada pelos grupos parlamentares desta Assembleia, pelas associações ambientalistas, pelos autarcas e pelas populações e que só governo teima em não ver”.

Berta Cabral lamenta que o Governo e o ministro do Ambiente em particular teimem em nada fazer. “Questionamos o ministro do ambiente, sobre este assunto em todas as audições, na Comissão competente. Não deu ouvidos ao parlamento, nem desenvolveu, qualquer diligência no sentido de dar cumprimento à resolução aprovada por unanimidade nesta casa”.

O Governo “fez um acordo com Espanha para apaziguar a opinião pública. Um acordo bom para Espanha porque para Portugal não trouxe nada de novo”, referiu a deputada.

“O que temos? Temos uma mão cheia de nada. Temos um País refém da inação do Governo. E temos um aterro em construção com o aval do governo português, que é meio caminho andado para o prolongamento da vida da Central de Almaraz”, sublinhou Berta Cabral.

O PSD não desistirá “da fiscalização da ação governativa e na defesa dos interesses vitais dos portugueses” e, por esse motivo, levará o assunto ao Fórum Ibérico interparlamentar que antecede a Cimeira Ibérica.



Governo demitiu-se da sua função política

Os ministros do Ambiente e dos Negócios Estrangeiros aceitaram como “adequada e segura” a construção do armazém para resíduos nucleares em Almaraz, mas o PSD considera “não convincentes” as explicações do Executivo. “O Governo demitiu-se de cumprir a sua função política”, criticou o deputado do PSD, Jorge Paulo Oliveira.

Durante a audição de João Matos Fernandes e de Augusto Santos Silva no parlamento, o PSD interpelou o Governo sobre a forma desastrosa como o Executivo defende os interesses nacionais na questão da construção de um armazém de resíduos da Central Nuclear de Almaraz.

“A forma como o Governo se comporta nesta matéria é digna de uma novela dramática”, sublinhou o deputado. “Uma novela que não vai acabar bem”, acrescentou.

Jorge Paulo Oliveira lamentou que o Governo e parceiros BE e PCP nada tenham feito “para travar a Central Nuclear”, alertando para os riscos que a instalação representa para o País.

Graças à inação do Governo, a vida útil ao armazém a construir será de 30 anos, podendo prolongar-se até 50 anos.

O PSD, anunciou Jorge Paulo Oliveira, levará o tema ao fórum ibérico interparlamentar que antecede a Cimeira Ibérica.

O PSD propôs, recentemente, no Parlamento uma resolução para que o assunto seja incluído na agenda da cimeira, a ocorrer em 29 e 30 de maio, o que foi aprovado.

O Governo português considerou adequada e segura a construção de um armazém para resíduos na central nuclear de Almaraz, a cerca de 100 quilómetros da fronteira portuguesa, uma posição que consta do relatório do grupo de trabalho técnico relativo ao projeto, divulgado no final de abril, em Lisboa. Associações de defesa do ambiente, como o Movimento Ibérico Antinuclear (MIA), a Quercus ou a Zero classificaram a aceitação como uma submissão a Espanha e uma decisão “surreal e inaceitável”, recordando ainda que continua a não existir qualquer estudo de impacto ambiental transfronteiriço da construção, um dos argumentos apresentados por Portugal aquando da queixa.

Acidente nuclear pode afetar 800 mil pessoas

No dia em que os ministros Ambiente e dos Negócios Estrangeiros foram dar explicações à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, veio a público um estudo preocupante. Em caso de ocorrência de um acidente grave na central nuclear de Almaraz, cerca de 800 mil pessoas em Portugal seriam atingidas pela radioatividade, revela uma simulação feita pelo Exército em 2010 e divulgada pela Rádio Renascença. A simulação, da responsabilidade do Elemento de Defesa Biológico, Químico e Radiológico do Comando das Forças Terrestres a partir de um programa da NATO, teve por base o cenário mais perigoso. O programa simula a evolução da nuvem radioativa nas 40 horas que se seguem à explosão e a sua deslocação pelo território português, onde chegaria 12 horas após o acidente. De acordo com uma oficial do Exército, “dada a proximidade com a fronteira espanhola, os concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Penamacor, onde vivem cerca de 45 mil pessoas, registam o maior nível de afetação”. O trajeto da nuvem radioativa libertada, após um acidente grave em Almaraz, foi calculado com base na análise das condições meteorológicas registadas entre 2000 e 2010 e tendo também em conta o relevo do terreno. Quanto ao nível de radiação, os valores registados vão desde os 100 sieverts por hora, no local da explosão, até 0,1, que será sensivelmente o valor que atinge o território português. A absorção de um sievert (10 vezes mais do que o nível previsto para Portugal) implica uma possibilidade de desenvolver cancro na ordem dos 5,5%. Doses superiores a 1 sievert adquiridas num curto período podem causar envenenamento por radiação e matar em poucas semanas. O sievert é a unidade usada para avaliar o impacto da radiação sobre os seres humanos, medindo os efeitos biológicos em tecidos vivos produzidos pela radiação absorvida.

PSD propõe abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil

Como alternativa ao aeroporto de Lisboa e para acelerar o desenvolvimento turístico e de negócios do centro litoral e interior do país, o PSD defende a conversão da Base Aérea de Monte Real, no distrito de Leiria, numa infraestrutura destinada à aviação civil.

Num projeto de resolução, o PSD recomenda ao Governo que “desenvolva as ações necessárias para que a Base Aérea de Monte Real possa ser transformada num aeroporto que permita a utilização de voos civis”, nomeadamente voos de baixo custo.

Os deputados do PSD recordam que “a Assembleia da República, por várias vezes, mostrou a sua opinião favorável à concretização deste projeto, aprovando projetos de resolução recomendando ao Governo a abertura da Base Aérea de Monte Real (BA 5) à aviação civil”.

A criação de um aeroporto na região Centro – a única região Plano do País sem uma infraestrutura aeroportuária que permita voos civis – tem sido preconizada por várias entidades.

Na última década foram promovidas várias reuniões envolvendo autarcas, movimentos de cidadãos e empresários defensores das vantagens da abertura ao tráfego civil da base aérea de Monte Real.

Para o PSD, o dinamismo económico, com a proximidade ao Santuário de Fátima, onde se deslocam anualmente cerca de 4 milhões de pessoas, e as potencialidades da região Centro justificam esta solução. A utilização da base militar para fins civis iria constituir um projeto âncora que iria beneficiar os distritos de Leiria, Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Santarém e Aveiro.

A deslocação do Papa Francisco, com passagem pela Base Aérea de Monte Real, constitui a demonstração mais recente de que aquela infraestrutura reúne condições para adaptar-se a fins civis e comerciais.

Em abril, os social-democratas dirigiram uma pergunta regimental ao ministro do Planeamento e das Infraestruturas, através da qual alertaram para a importância deste projeto.



Governo reduz vagas para formação de médicos



É necessário reforçar a capacidade formativa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com o aumento de vagas disponibilizadas para formação médica, quer no internato do ano comum, quer na formação específica, de acordo com declarações dos deputados do PSD, ao constatarem, já este ano, a falta de vagas para centenas de candidatos à formação médica.

Numa pergunta dirigida ao ministro da Saúde, os deputados Miguel Santos, Ângela Guerra, Luís Vales e Fátima Ramos querem saber como decorreu este ano o processo de definição do número de vagas para formação médica e o que tenciona o Governo fazer para compensar a redução do número de vagas sob a responsabilidade do SNS.

“Trata-se de uma situação preocupante e que requer, pelo Governo, a tomada de medidas de planeamento e outras, com vista ao aumento da capacidade formativa dos serviços e estabelecimentos de saúde onde

sejam desenvolvidos processos formativos, importando considerar a evolução das necessidades do Sistema de Saúde português”, referem os deputados.

Os deputados manifestam preocupação perante “a falta de vagas para mais de 700 potenciais candidatos a formação médica”. A Ordem dos Médicos admite que possam, no ano corrente, não ter acesso à especialidade entre 200 e 300 médicos.

“Sucede que, em 2017, se prevê que o número de médicos que poderão não ter acesso à especialidade possa ser significativamente superior ao verificado em 2016, ano em que esse número foi de 158, diferença que poderá atingir quase o triplo do número de médicos sem vaga registado em 2015, em que o mesmo se situou nos 114”, sublinham.

Precários no Estado aumentam

O Governo, com o BE e PCP, anuncia a regularização dos vínculos precários no Estado, mas os dados oficiais denunciam que os precários aumentaram mais de 5% no primeiro trimestre deste ano: são mais 3909 pessoas com vínculo precário em funções públicas. Assim, o peso dos trabalhadores precários no Estado subiu para 12%, a proporção mais elevada dos últimos quatro anos.

É uma “forma pouco séria” como o Governo tem lidado com este assunto, afirma Carla Barros, deputada. “Cerca de metade dos trabalhadores que estão a ser admitidos na Administração Pública por este Governo têm vínculo precário”, salienta.

“O governo que ergue a bandeira do combate à precariedade é o mesmo governo que aumenta o número dos trabalhadores precários no Estado. Este Governo tem tratado as matérias dos trabalhadores da Administração Pública de forma pouco séria e nada transparente, criando injustiças entre os trabalhadores e caos nos serviços públicos”, sublinha a deputada.

De acordo com a Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), o Ministério da Educação é o “campeão” das contratações de trabalhadores precários: mais de 5 mil funcionários contratados em termos homólogos (passando de 28 410 em março de 2016 para 33 426 em março deste ano) e mais de 2300 em relação a dezembro. No Ministério da Saúde, os contratos a prazo subiram de 3587 para 3750. Ou seja, tal como reconhece o SIEP, “este aumento é reflexo da contratação de trabalhadores, em particular docentes para os estabelecimentos de educação e do ensino básico e secundários do Ministério da Educação e de médicos e enfermeiros”.

Para Carla Barros, estes dados demonstram que “o combate à precariedade não existe para os trabalhadores. O combate à precariedade existe sim para a sobrevivência do Governo, apoiado pelo BE e pelo PCP. Este Governo tem um longo calendário para alimentar as expectativas dos trabalhadores, apenas isso. Os números assim o comprovam”.

Assim, em matéria de precariedade, como em tantas outras, o discurso do primeiro-ministro não cola, mais uma vez, com a realidade. Refira-se que, no último debate quinzenal, na quarta-feira, António Costa anunciou para o dia seguinte o início do “prazo para os trabalhadores que se encontrem em situação precária no Estado poderem requerer a avaliação da sua situação e iniciar o seu processo de integração nos quadros do Estado”. Enquanto atira areia para os olhos dos portugueses, o atual Executivo não só não melhora a situação dos trabalhadores precários como agrava o seu problema.

“Denunciamos esta propaganda em torno do combate à precariedade, acreditando muito no papel e na responsabilidade dos representantes dos trabalhadores que, certamente, confrontarão o Governo, com estes resultados”, conclui a deputada do PSD.



Governo falha compromisso e continua a “engordar” o Estado

Os dados do aumento dos precários em emprego público são conhecidos na mesma altura em que se fica a saber que o Estado continua a “engordar” pela ação do governo socialista.

Ainda segundo o SIEP, a 31 de março, o número de funcionários públicos – seja ao nível da Administração Central seja da Administração Local – ascendeu a 669,3 mil, correspondendo a um aumento homólogo de 1%. O que significa mais 6.761 empregos criados nas administrações públicas no espaço de um ano. Um movimento que choca com o compromisso assumido pelo Governo, nomeadamente no Programa de Estabilidade, que prevê uma redução das entradas no Estado.

De sublinhar que no final de 2011, o Estado empregava mais de 727 mil funcionários, número que recuou mais de 10% nos anos seguintes.

PSD evoca legado social-democrata de Mário Carrascalão



O PSD expressou as condolências pelo falecimento de Mário Carrascalão, que evocou como “figura maior da política timorense” e “um dos construtores da democracia do seu país”. “Lutou pela liberdade e pela retidão na ação política e no exercício de cargos públicos, com uma frontalidade que lhe foi reconhecida durante toda a sua vida. Teve a coragem de divergir quando considerou necessário e a determinação de procurar consensos e união na sociedade timorense”, salienta o PSD, numa nota enviada às redações.

O PSD recorda o contributo de Mário Carrascalão na construção do PSD de Timor-Leste, “de que foi uma figura central aquando da fundação, em 2000”, tendo antes participado na fundação da União Democrática Timorense (UDT).

“A partilha dos valores da social-democracia e o reconhecimento de uma figura fundamental na história timorense unem-nos nesta homenagem ao legado de Mário Carrascalão. Uma homenagem que, em boa hora, o seu país lhe prestou, ao agraciá-lo com o Colar da Ordem de Timor-Leste na véspera da sua morte”, referiu.

“O PSD transmite os seus pêsames à família de Mário Carrascalão – que sempre acompanhou de perto a vida democrática de Timor – e ao povo timorense, que se despede agora de um dos seus maiores”, refere o texto.

Figura maior da política timorense, Mário Carrascalão foi um dos construtores da democracia em Timor-Leste. Faleceu no dia 19 de maio de 2017, em Díli, aos 80 anos, ao que tudo indica vítima de um ataque cardíaco que sofreu quando conduzia o seu carro pessoal no centro da capital timorense. O dirigente histórico timorense, que foi governador nomeado pela Indonésia e vice-primeiro-ministro no IV Governo constitucional, liderado por Xanana Gusmão, foi condecorado na quinta-feira com o Grande Colar da Ordem

de Timor-Leste pelo chefe de Estado Taur Matan Ruak, que terminou o seu mandato. O ex-vice-primeiro-ministro estudou no Instituto Superior de Agronomia em Portugal, onde se formou em Silvicultura, terminando o curso com 19,5 valores e uma tese que foi o primeiro estudo de sempre feito sobre o pinheiro manso português. Regressado a Timor-Leste, assumiu o cargo de chefe dos serviços de agricultura, funções que ocupava quando, em 1974, juntamente com Domingos Oliveira, César Mouzinho, António Nascimento, Francisco Lopes da Cruz e Jacinto dos Reis, fundou a União Democrática timorense (UDT), o primeiro partido timorense.

Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa

“A democracia faz-se com tolerância e respeito”

Após o veto do PS, o PSD vai apresentar, novamente, Teresa Morais como candidata à presidência do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa, “independentemente de a candidatura não ser subscrita pelo Partido Socialista”, afirmou o líder do grupo parlamentar, Luís Montenegro. “A posição do PS é democraticamente inexplicável”, uma vez que Teresa Morais “é a pessoa mais categorizada no Parlamento para poder cumprir esta função, não só pela sua vasta experiência e formação académica, como e, sobretudo, por já ter sido membro do conselho de fiscalização de 2004 a 2011, com respeito e reconhecimento unânimes, incluindo do PS”.

Luís Montenegro afirmou que o presidente do grupo parlamentar do PS, Carlos César, “não pode esconder as explicações que o PS deve ao País, quando rejeita e veta uma personalidade sem ter razão” que não seja o desejo totalitário de “poder exercer todas as funções, seja as de governar, legislar ou controlar e fiscalizar”. Para o social-democrata, “isso coloca um problema grave à democracia”.

“Queremos acreditar que, no parlamento, vigorarão os princípios republicanos e democráticos do equilíbrio de poderes”, salientou, acrescentando que os que governam devem evitar querer ser os “novos donos disto tudo”, mas “cumprir as mais elementares regras da democracia”.

Teresa Morais tem “currículo inatacável para o exercício da função”

O PSD avança, assim, com a candidatura de Teresa Morais, pois é “uma personalidade que tem um currículo inatacável para o exercício desta função”. O PSD espera que “os deputados, de todos os partidos, possam valorizar precisamente esta circunstância e dar a resposta democrática que neste momento se exige”. Trata-se, segundo disse, de “uma questão de princípio não aceitarmos que o PS possa ter a pretensão de condicionar tudo e todos e chegar mesmo ao condicionamento interpartidário”.

Luís Montenegro classifica a atitude do PS como “absolutamente incompreensível e intolerável democraticamente”. Espera, portanto, “que possa ser alterada num futuro próximo”, acrescentando que “se impõe no funcionamento do nosso regime que todos tenhamos a responsabilidade de saber colocar os interesses do País acima de qualquer interesse particular e partidário”. Diz não se tratar de uma “insistência” ou “birra”, mas de “uma questão de princípio”, pois “a democracia faz-se com tolerância e respeito”.



Governo quer “remendos” e aumentar contribuições para a Segurança Social

Para o PSD, é preciso uma reforma na Segurança Social, longe da “lógica de remendos” e de “pensos rápidos” ou de planos de “taxar os lucros das empresas” ou “agravar as contribuições”, como o Governo, o ministro Vieira da Silva, deixa transparecer em múltiplas declarações. É com espírito construtivo e com debate que se encontram as soluções reformadoras para proteger o sistema de pensões e as próximas gerações de pensionistas.

O PSD já provou que sabe implementar reformas importantes. Soube fazê-lo em 2012 e 2013, com reformas laborais que trouxeram mais emprego e menos desemprego. E ainda hoje se registam os bons resultados.

Susana Lamas, deputada do PSD, lamenta a falta de uma vaga de medidas estruturais, com o Governo a insistir em abandonar ou reverter as reformas já concretizadas. Criticando a “lógica de remendos” e “de “pensos rápidos” na Segurança Social, Susana Lamas pediu medidas sérias e sustentáveis.

O PSD quer reformas e não penalizar as empresas. “Fala-se em agravar a contribuição para a Segurança Social, em taxar os lucros das empresas, agravar a TSU, mais derrama, e o que pergunto é se é mais um saco para as empresas?”, questionou.

Por sua vez, Joana Barata Lopes interrogou Vieira da Silva sobre o desemprego jovem, criticando a falta de atuação do Executivo neste domínio. “Todos os diplomas com medidas relacionadas com o combate ao desemprego jovem são do governo anterior”, concluiu.

Montepio: assegurar as poupanças dos depositantes

Para o PSD, é preciso garantir as poupanças dos depositantes. A deputada Mercês Borges começou por questionar diretamente o ministro Vieira da Silva sobre como irá assegurar “o capital de confiança” do Montepio Geral.

A social-democrata referia-se ao tema principal da audição ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a possibilidade de a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entrar no capital do Montepio Geral. A esse propósito, a deputada interpelou Vieira da Silva sobre o destino que será dado a parte das receitas da Santa Casa, se essas verbas serão afetadas à economia social ou se serão aplicadas na instituição bancária.





Contaminação na Ilha Terceira é “crime humano e ambiental”

O PSD acusou, em reunião plenária de 17 de maio de 2017, o Governo de “negligência política” e de contribuir para o que se designa de “crime humano e ambiental”. Em causa está o falhanço do Governo “na última reunião bilateral da Base das Lajes”, ao não colocar como prioridade de discussão a “descontaminação dos solos e aquíferos da Ilha Terceira”.

O Governo não tem feito “o seu trabalho de casa”, afirma o deputado António Ventura. Assim, vem o PSD propor que “o Governo informe periodicamente esta Assembleia sobre a utilização da Base das Lajes no que concerne às negociações com os EUA e/ou outros países”. Os social-democratas assumem, assim, a “crescente desconfiança que temos sobre o Governo neste dossiê”.

António Ventura, deputado eleito pelos Açores, acusou o atual Executivo e o Partido Socialista de “irresponsabilidade” e de “cinismo”. É que, depois “de ocorrer a já apelidada bilateral da desilusão”, o PS apresenta “uma resolução para que o governo dê prioridade, nas reuniões da bilateral, à descontaminação”. Foi neste contexto que o deputado perguntou: “mas então qual a razão do governo não ter dado a prioridade nesta bilateral? Onde estavam os deputados?”. Segundo afirma o deputado, “a resolução é acima de tudo uma crítica ao desempenho do governo nesta reunião da bilateral. O PS reconhece que o governo menosprezou o tema, talvez o tenha trocado por outros interesses”, afirmou o deputado.

António Ventura denunciou, também, a cumplicidade do próprio PS para quem a descontaminação da Ilha Terceira não é prioridade, à semelhança do atual Executivo, facto evidenciado por três ministros. “Primeiro foi o ministro dos Negócios Estrangeiros a dizer que os montantes a exigir ao governo norte-americano para a descontaminação ‘valiam zero’. Segundo foi o ministro da Defesa a não saber das análises que se realizavam na Ilha Terceira. Terceiro, foi o próprio ministro do Ambiente que atira responsabilidades para os Açores.” De acordo com António Ventura, estas declarações são “lamentáveis” e merecem “protesto da Assembleia”.

“Tudo indica que há um povo a morrer por causa da contaminação dos solos e aquíferos”, alertou o social-democrata, reiterando que “basta de inércia”. “É tempo de atuar. O PSD está como sempre esteve disponível para trabalhar”, acrescentou.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

O PSD e Portugal de luto

Francisco Lucas Pires - uma morte brutal

páginas 8 e 16

Marcelo em jantar de 24 anos do PSD

É um escândalo que ex-ministro acumule lugares no Partido em empresas do Estado e em empresa privada

páginas 8, 9 e 10

Grupo Parlamentar apresenta

Programa concreto contra listas de espera

página 6

PSD denuncia

Governo quer aumentar à sucapa contribuição autárquica

página 7

Libertação de Xanana Gusmão

PSD apoia no PPE esforço nacional

página 6

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



AVEIRO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Junho de 2017 (sábado), pelas 15h30, no Centro de Congressos de Aveiro (antiga cerâmica Campos), - Aveiro, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2017
- 3 - Análise da situação política e partidária
- 4 - Outros assuntos

LOUROSA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Lourosa - para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Junho de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30, na sala polivalente do edifício da Junta de Freguesia de Lourosa, sita na Rua Padre Amorim com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleições Autárquicas de 2017
- 2 - Outros assuntos de interesse

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Junho de 2017, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Combatentes do Ultramar, 20 B, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Discussão e votação das contas da secção referentes a 2016
- 2 - Dar parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Odivelas
- 3 - Outros assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Junho de 2017, (quarta-feira) pelas 20h30, na Sede, sita em Bustos (Junto à Igreja), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política concelhia.
- 2 - Outros assuntos

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir, no próximo dia 02 de Junho de 2017, (sexta-feira) pelas 20h30, na sede distrital, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2017
- 3 - Análise da situação política



CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir no dia 24 de Junho de 2017 (sábado), pelas 15h00, na Biblioteca Municipal de Estarreja, sita no Largo Heróis da Grande Guerra - 3860-355 Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Eleição dos membros da JSD à Assembleia Distrital do PSD Aveiro;
- 3 - Análise da situação política;

Notas: As listas e os nomes propostos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Aveiro, respeitando o cumprimento estatutário, na sede JSD Distrital, sita na rua Dom Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, 3810-498 Aveiro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 17h00.

MORTÁGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Mortágua, para reunir no próximo dia de 24 Junho (sábado), entre as 18 horas e as 20 horas, sita na Sede do PSD Mortágua, Rua Dr João Lopes de Morais nr 17, 3450 Mortágua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD Mortágua

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (21 de Junho), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 1 de junho de 2017, pelas 21 horas, na Sede do PSD e da JSD Centro Histórico, sita na Praça da Batalha, nº 90, sala 10, 2º andar Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Análise da situação política;
- 2) Informações.

VEISEU

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de JSD Viseu para reunirem em Plenário Concelhio no dia 9 de junho de 2017 pelas 21h00 na sede concelhia do PSD sita no Rossio, 14 - 2º, 3510 - 105 Viseu com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política local;
3. Outros Assuntos.